



WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 33.228.024/0001-51

NOSSAS AÇÕES SÃO
NEGOCIADAS NAS
BOLSAS DE VALORES

abrasca
companhia associada



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

A administração da WLM Indústria e Comércio S.A. (WLM), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e contemplam as práticas contábeis internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2013, exceto quando especificado de outra forma.

Mensagem da Administração

O ano de 2014 foi bastante desafiador, com a demanda retraída face ao cenário pouco favorável da economia brasileira. O aumento da taxa de juros e a contração do crédito, além da menor quantidade de dias úteis em razão da Copa do Mundo, acabaram por prejudicar a atividade do setor automotivo e, consequentemente, nossas vendas no segmento e nosso resultado. A sólida estrutura da WLM e sua posição de destaque em seu principal segmento de atuação, como líder nacional na venda de veículos pesados e comercialização de peças Scania, contribuíram para que pudéssemos melhor enfrentar os desafios impostos pelo cenário econômico no decorrer do ano. Conseguimos entregar melhor rentabilidade em vendas, com a margem bruta atingindo 16,0% em 2014, mesmo com o mercado contraído e o menor faturamento. Ao mesmo tempo, mantivemos o esforço em termos de controle de despesas, de modo que o total das despesas operacionais manteve-se estável em relação a 2013, a despeito da alta da inflação e do aumento das despesas com pessoal em função dos dissídios. A WLM está preparada para extrair o melhor desempenho possível de um mercado instável, de modo a gerar o máximo de valor para nossos acionistas. Isso significa que continuaremos trabalhando em busca da contínua melhoria de nossos processos internos e de nossos serviços. Baseamos nossas atividades na certeza de que desenvolver e manter uma relação próxima e de confiança com nossos clientes, prestando o melhor atendimento tanto no processo de venda quanto no pós venda, é essencial. A criação de valor para a Companhia passa necessariamente pela geração de valor também para nossos clientes. Agradecemos a todos que nos honraram com a confiança e o compromisso: clientes, colaboradores, parceiros, conselheiros e acionistas.

Perfil Corporativo

Fundada em 1946, a WLM Indústria e Comércio S.A. é uma sociedade de capital aberto que atualmente tem suas atividades voltadas para a comercialização de produtos da marca Scania - sobretudo caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos e peças de reposição - e a prestação de serviços de manutenção voltados aos produtos que comercializa, além de manter atividades no setor de agropecuária - bovinocultura de corte e cafeicultura. Desde 2005, a WLM é um dos principais líderes na venda de veículos pesados Scania e na comercialização de peças da marca no Brasil. Suas 19 concessionárias espalhadas por 5 estados brasileiros garantem a ampla cobertura geográfica necessária para sua destacada atuação nacional, proporcionando agilidade e qualidade no atendimento nas diversas regiões do País. Algumas de suas concessionárias contam ainda com postos avançados dedicados à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em atendimento a demandas específicas de clientes. Ao final de 2014, a WLM contava com 1.024 funcionários, cerca de 12 mil clientes, quatro empresas controladas na área Scania e três empresas controladas no setor de agropecuária.

Panorama Setorial

Após uma recuperação no ano anterior, 2014 foi um ano repleto de desafios para o setor automotivo brasileiro, com o aumento no rigor para a concessão de crédito em decorrência do aumento dos juros e inadimplência, uma série de feriados por causa da Copa do Mundo e as eleições presidenciais. Esses dados contribuíram para o arrefecimento da indústria automotiva e consequentemente, da economia brasileira, além do fechamento de 14 mil postos de trabalho no setor. Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o volume de unidades produzidas em 2014, de 3,15 milhões, diminuiu 15,3% se comparada a 3,71 milhões unidades de 2013. No segmento de caminhões, o recuo foi de 25,2%, com 139,9 mil unidades no ano de 2014 frente as 187,0 mil do ano anterior, enquanto no segmento de ônibus a contração foi de 17,8%, saindo de 40,1 mil unidades em 2013 para 32,9 mil em 2014. A queda nas exportações também contribuiu para o encolhimento do setor, com retração de 48% em comparação ao ano 2013. As categorias com maiores reduções de produção foram as de semirreboques e médios de caminhões, com 45,1% e 32,8%, respectivamente. Tanto a participação da categoria caminhões quanto a categoria ônibus em relação ao total de veículos automotores produzidos permaneceram estáveis em comparação ao ano de 2013, com 5,0% e 1,1%, nessa ordem. Em termos gerais, segundo a Anfavea, a expectativa para 2015 é de manutenção no cenário automotivo brasileiro, com os mesmos níveis de produção verificados no ano de 2014. Essa projeção fundamenta-se numa possível redução da alíquota do Regime Especial de Renteamento de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) e o fim do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) em meados de 2015. Além disso, um possível recorde da safra agrícola pode não ser suficiente para estimular a categoria de caminhões, uma vez que os preços das commodities agrícolas devem continuar caindo durante o ano de 2015. Um contraponto positivo para o setor é o início do programa nacional de renovação de frota de caminhões, que ainda depende de promulgação de lei.

Desempenho Operacional WLM

As dificuldades do setor automotivo refletiram na quantidade de unidades vendidas pela WLM no ano de 2014, tanto em caminhões quanto em ônibus. A venda de caminhões (venda WLM) recuou 33,9%, para 2.024 unidades frente às 3.060 do exercício anterior. As vendas diretas permaneceram estáveis, 32 contra 33 em 2013, mas com venda de caminhões de maior preço médio e comissão. As vendas do segmento de ônibus pela WLM tiveram incremento de 3,7%, para 310 unidades, enquanto as vendas diretas reduziram 29,9%. No total, a quantidade de veículos vendidos em 2014, de 2.413, foi 30,2% inferior ao verificado em 2013, quando foram vendidas 3.459 unidades.

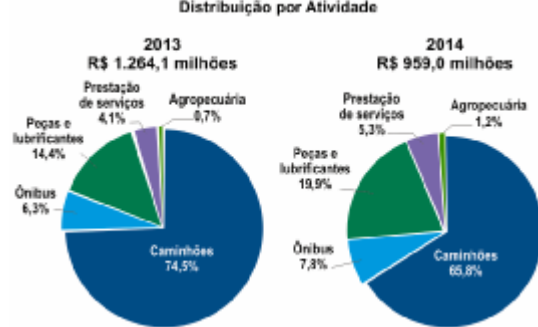
Desempenho Econômico-Financeiro - 4T14 e 2014

Recita Operacional: O aumento da incerteza na economia brasileira, inclusive considerando as eleições presidenciais realizadas em 2014, a redução do nível de atividade com forte influência negativa sobre as vendas de veículos, e ainda a já mencionada redução de dias úteis prejudicaram as vendas no exercício. No 4T14, a receita operacional bruta da WLM foi de R\$ 222,3 milhões, o que indica contração de 33,2% em relação ao mesmo período de 2013. O total da área Scania, que congrega as atividades relacionadas a caminhões e ônibus dessa marca, incluindo tanto a comercialização de veículos quanto a prestação de serviços de manutenção e venda de peças e lubrificantes, foi responsável por 98,3% da receita bruta do trimestre. Essa área registrou R\$ 218,4 milhões de receita bruta no trimestre, com redução de 33,7% ante o 4T13, resultando principalmente do menor número de veículos vendidos no período (redução de 39,1% na quantidade de caminhões e de 68,2% na quantidade de ônibus vendidos). Devido ao período mais adverso em termos de conjuntura econômica, todos os trimestres do exercício de 2014 tiveram desempenho de receita inferior ao registrado em iguais períodos do ano anterior. Com isso, no acumulado do exercício de 2014, a receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 959,0 milhões, com recuo de 24,1% ante os R\$ 1.264,1 milhões registrados em 2013. Assim como no desempenho trimestral, o principal fator que explica tal desempenho é a redução na venda de caminhões, atividade que representa a principal fonte de receita da WLM. Em 2014, a Companhia vendeu 2.056 unidades de caminhões, volume 33,5% inferior ao de 2013, ainda que com preço médio mais alto. Na contramão do desempenho consolidado, ainda que com pequena participação relativa no total, compensaram parcialmente a redução de receita bruta em 2014 algumas atividades acessórias e de pós-venda da área Scania, como a venda de combustíveis e lubrificantes, e a receita com a venda direta de veículos (comissões recebidas quando a montadora faz a venda diretamente), não em função de maior volume de vendas, mas sim dos modelos vendidos, com maior preço médio e comissão. Também as atividades agropecuárias tiveram ganho de receita em 2014. Mais atividades proporcionaram à WLM receita operacional bruta 21,3% superior às registradas no ano anterior, passando de R\$ 9,1 milhões em 2013 para R\$ 11,1 milhões em 2014. O bom desempenho do segmento, no entanto, tem reflexo restrito sobre o resultado consolidado da Companhia, já que tem pequena representatividade na receita total (1,2% da receita bruta consolidada em 2014).

Vendas de Veículos Automotores - WLM Unidades e Faturamento Bruto

DESCRIÇÃO	2014		2013	
	Unidades	Receita R\$ mil	Unidades	Receita R\$ mil
Caminhões (venda direta)	32	3.335,0	33	915,2
Caminhões (venda WLM)	2.024	631.255,6	3.060	941.097,8
Ônibus (venda direta)	47	686,8	67	950,6
Ônibus (venda WLM)	310	74.408,5	299	79.541,0
Pós-vendas		238.300,1		232.519,8
TOTAL	2.413	947.986,0	3.459	1.255.024,4

Recita Operacional Bruta Distribuição por Atividade



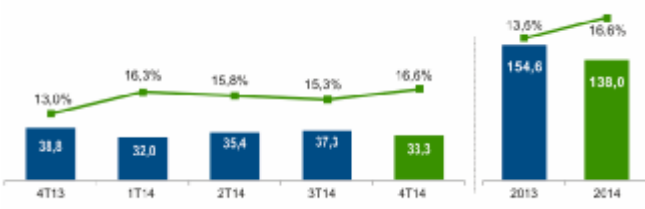
Dezduzidos os impostos faturados, a receita operacional líquida no 4T14 foi de R\$ 200,5 milhões, o que indica redução de 32,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado do exercício, a receita operacional líquida da Companhia apresentou redução de 23,8%, atingindo R\$ 864,9 milhões em 2014, ante R\$ 1.134,7 milhões em 2013.

Evolução da Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)



CPV e resultado bruto: Representado em sua maior parte pelo custo dos caminhões e chassis de ônibus comercializados pela WLM, o custo dos produtos vendidos tem relação direta com o volume de vendas. Assim, considerando a redução das vendas observada tanto no último trimestre quanto no exercício de 2014, a Companhia registrou redução também do CPV nesses períodos de comparação. No 4T14, o CPV foi de R\$ 167,2 milhões, 35,6% inferior ao do 4T13, totalizando R\$ 726,8 milhões no exercício de 2014, ante R\$ 980,1 milhões em 2013, o que indica diminuição de 25,8% no período. A contração registrada nos custos foi superior à observada na receita operacional líquida, o que permitiu à WLM obter ganho de rentabilidade tanto no 4T14 quanto no acumulado dos 12 meses do ano. Considerando o 4T14, o custo dos produtos vendidos representou 83,4% da receita líquida, proporcionando, portanto, margem bruta de 16,6%, com ganho de 3,6 pontos percentuais ante a margem bruta de 13,0% registrada no 4T13. No acumulado do exercício, o ganho de margem bruta foi de 2,3 pontos percentuais, passando de 13,6% em 2013 para 16,0% em 2014. O desempenho positivo em termos de margem bruta resulta da comissão recebida pela venda direta de caminhões novos, em função dos modelos vendidos que incorporam maiores comissões para a Companhia. Também contribuíram positivamente pequenas melhorias na rentabilidade do pós venda (peças e lubrificantes) e da venda de caminhões novos que, com preço médio mais alto, resultam em maior ganho para a Companhia. O lucro bruto do último trimestre de 2014 foi de R\$ 33,3 milhões, levando o lucro bruto do exercício a somar R\$ 138,0 milhões. O desempenho representa, respectivamente, redução de 14,3% e de 10,7% ante iguais períodos de 2013.

Lucro Bruto (R\$ milhões) e Margem Bruta (%)



Despesas Operacionais: No 4T14, as despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e amortização, foram de R\$ 32,0 milhões, mantendo-se estáveis em relação ao valor verificado no 4T13. Em 2014, tais despesas totalizaram R\$ 123,5 milhões, com aumento de 4,7% ante 2013. O desempenho reflète o esforço da gestão em manter o controle sobre as despesas operacionais tendo em vista os desafios representados pela contração do mercado no decorrer de 2014. As principais despesas operacionais da Companhia são representadas por aquelas relacionadas à remuneração de pessoal, incluindo honorários, salários, encargos e benefícios. Esse grupo somou R\$ 92,4 milhões em 2014, o que representa 74,8% do total das despesas gerais e administrativas do exercício. Comparado com o exercício anterior, tais despesas tiveram alta de 6,0%, basicamente em função do reajuste médio de salários, considerando o dissídio da categoria em diferentes datas e regiões do País onde a Companhia mantém operações, e verbas rescisórias. Em termo de número de funcionários, a WLM encerrou o exercício de 2014 com redução de 2,4% em relação à posição de encerramento do ano anterior, com 1.024 pessoas na equipe, considerando suas diferentes atividades e todas as suas unidades. As demais contas que compõem as despesas gerais e administrativas e que, em conjunto, representaram 25,2% do total dessas despesas em 2014, estão diluídas em diferentes itens de menor representatividade individual.

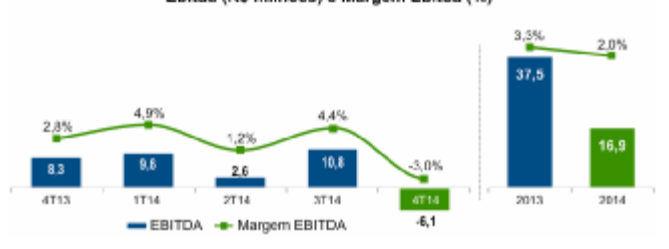
Ebitda (Lajida) O indicador que mede a geração operacional de caixa - Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida) ficou negativo em R\$ 6,1 milhões no 4T14, ante o resultado positivo de R\$ 8,3 milhões no 4T13. Além da retração do mercado, com diminuição das vendas e, consequentemente, da receita, o desempenho do Ebitda no último trimestre de 2014 foi negativamente afetado pelo registro de R\$ 12,2 milhões referente ao ajuste negativo a valor justo de uma propriedade para investimentos em Campinas, SP, (deemed cost). Com isso, o Ebitda do exercício

de 2014 totalizou R\$ 16,9 milhões, com redução de 54,9% em relação aos R\$ 37,5 milhões registrados no ano anterior. O cálculo utilizado pela WLM em seu EBITDA já contempla a Instrução CVM 527/12, a qual visa à melhora no nível de compreensão das informações, considerando somente os valores que constam nas demonstrações contábeis.

Cálculo do Ebitda R\$ milhões	TRIMESTRAL			ANUAL		
	4T14	4T13	Varição %	2014	2013	Varição %
Receita operacional líquida	200,5	298,4	(33)	864,9	1.134,7	(24)
Custo dos produtos vendidos	(167,2)	(259,6)	(36)	(726,8)	(980,1)	(26)
Lucro bruto	33,3	38,8	(14)	138,0	154,6	(11)
Despesas operacionais	(32,0)	(32,0)		(123,5)	(118,0)	5
Outras receitas (despesas) operacionais	(7,5)	1,3	(677)	1,7	0,7	143
Equivalência patrimonial	0,2	0,2		0,8	0,8	
Resultado de operações descontinuadas	0,0	(0,1)	(100)	(0,2)	(0,6)	(67)
Ebitda (Lajida)	(6,1)	8,3	(173)	16,9	37,5	(55)

O EBITDA não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado, isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da utilizada desta aqui apresentada.

Ebitda (R\$ milhões) e Margem Ebitda (%)



Desempenho Financeiro: No 4T14, a Companhia registrou receita financeira de R\$ 3,6 milhões e despesas financeiras de R\$ 2,0 milhões, obtendo resultado financeiro líquido positivo de R\$ 1,6 milhão no trimestre. O desempenho é 50,8% superior à receita financeira líquida de R\$ 1,1 milhão auferida no mesmo trimestre de 2013. Considerando o exercício completo de 2014, o saldo financeiro foi positivo em R\$ 5,5 milhões, ante R\$ 2,4 milhões em 2013, com crescimento de 124,3%. O ganho no resultado financeiro se deve tanto ao aumento das receitas (R\$ 14,1 em 2014 e R\$ 12,6 em 2013) quanto à redução das despesas financeiras (R\$ 8,6 milhões em 2014 e R\$ 10,2 em 2013). Como a Companhia não tem empréstimos bancários registrados em seu balanço, não registra pagamento periódico relativo a amortização ou principal de dívida. Mantendo saldo de caixa líquido positivo, obtém receita financeira a partir das aplicações de seu caixa. A redução das vendas em 2014 em relação ao observado no ano anterior contribuiu para o maior ganho financeiro no período, uma vez que houve menor giro do capital para financiamento de vendas de veículos no decorrer do ano e, assim, maior volume de recursos aplicados. **Resultado Líquido:** A Companhia registrou no 4T14 resultado líquido negativo de R\$ 3,9 milhões. O desempenho do período foi negativamente influenciado pelo efeito contábil extraordinário do ajuste, líquido de impostos, a valor justo no montante de R\$ 8,1 de propriedades para investimentos. Em 2014, o lucro líquido acumulado foi de R\$ 12,2 milhões, com margem líquida de 1,4%. Além da situação de mercado retraído, levando à redução da receita operacional líquida, o resultado do exercício também traz a influência do ajuste contábil realizado no 4T14, acima citado.

Lucro Líquido (R\$ milhões) e Margem Líquida (%)



Estrutura de capital: Ao final do exercício de 2014, o caixa total da Companhia, incluindo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, somava R\$ 138,9 milhões. No encerramento de 2013, essa posição era de R\$ 161,8 milhões. Como não há registro de empréstimos com instituições financeiras, tanto no curto quanto no longo prazo nos dois exercícios comentados, a posição de caixa em 31 de dezembro de 2013 e 2014 representa caixa líquido.

Valor Adicionado

Em 2014, a partir de suas atividades operacionais, a WLM gerou o valor adicionado de R\$ 220,6 milhões, que foi distribuído na sociedade. O índice de agregação de valor em relação à receita bruta do exercício foi de 23,0%, o que indica que de cada R\$ 1,00 de receita que a Companhia obteve em 2014, R\$ 0,23 foi distribuído entre as instâncias municipais, estaduais e federal do governo (na forma de impostos, taxas e contribuições), os funcionários (na forma de salários, benefícios e FGTS), a terceiros (na remuneração de capital na forma de juros e aluguéis pagos) e aos acionistas (na forma de lucros retidos na Companhia).



Auditores Independentes

Com o intuito de atender à instrução CVM nº 381/2003, comunicamos que a BDO RCS Auditores Independentes foi contratada pela WLM para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício de 2014. Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, não foram contratados pela WLM quaisquer outros serviços de consultoria da empresa que prestou o serviço de auditoria externa de seus resultados.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Operações continuadas				
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	28		864.876	1.134.715
Custo de venda de bens e/ou serviços	29		(726.834)	(980.115)
Lucro bruto			138.042	154.600
Despesas gerais e administrativas	30	(20.905)	(123.513)	(117.996)
Provisão de contingências	24	108	449	(5.537)
Despesa com depreciação e amortização		(450)	(3.601)	(2.335)
Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos			10.658	2.619
Ajuste a valor justo das propriedades para investimentos	17	(12.272)		(12.272)
Outras receitas operacionais		1.747	2.206	4.167
Outras despesas operacionais		(565)	(271)	(1.684)
Resultado de equivalência patrimonial	16	32.734	34.127	849
Perdas em investimentos permanentes	22	(125)	(593)	806
Participação nos resultados de coligadas	22	423	45	423
		695	11.391	(124.524)
Lucro operacional		695	11.391	13.518
Resultado financeiro				
Receitas financeiras		7.374	8.111	14.054
Despesas financeiras		(39)	(129)	(8.577)
		7.335	7.982	5.477
Lucro antes dos impostos		8.030	19.373	18.995
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente				(10.767)
Diferido	32		4.172	4.172
Lucro do exercício de operações em continuidade	17/32	12.202	19.373	12.400
Prejuízo de operações descontinuadas, líquido de impostos			(193)	(608)
Lucro líquido do exercício		12.202	19.373	12.207
Atribuível a:				
Acionista controlador			12.202	19.373
Acionistas não controladores das controladas			5	(11)
			12.207	19.362
Lucro líquido básico e diluído por ação ON e PN (R\$):	33			
Ordinária nominativa		1.59	2.52	1.59
Preferencial nominativa		1.75	2.77	1.75
Quantidade de ações em circulação ao final do exercício - Unidades				
Ordinária nominativa		3.314.244	3.314.244	3.314.244
Preferencial nominativa		3.968.690	3.968.690	3.968.690
		7.282.934	7.282.934	7.282.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.039	22.543	85.597
Aplicações financeiras	8	53.280	66.761	53.280
Contas a receber de clientes	9		46.545	140.946
Quotas de consórcio	10		13.831	8.871
Impostos a recuperar e créditos tributários	11	2.967	2.740	9.284
Estoques	12		25.421	26.233
Ativos biológicos	13		11.548	11.090
Lucros e juros sobre capital próprio	14	667	493	
Outros ativos circulantes		97	76	708
Total do ativo circulante		67.050	92.613	246.214
Não circulante				
Contas a receber e a pagar de partes relacionadas	15	802	1.511	302
Impostos a recuperar e créditos tributários	11		59	43
Depósitos judiciais		328	265	635
Investimentos	16	369.888	345.489	291
Propriedades para investimento	17	65.365	77.247	
Ativos biológicos	13			22.999
Imobilizado	18	5.355	6.467	300.045
Intangível	19	50	59	8.975
Total do ativo não circulante		441.788	431.038	333.366
Total do ativo		508.838	523.651	579.580
PASSIVO				
Circulante				
Contas a pagar	20	147	177	26.224
Salários e encargos sociais		2.549	2.786	8.517
Impostos e contribuições a recolher		77	51	5.818
Imposto de renda e contribuição social a pagar				481
Dividendos a pagar	21	6.299	19.704	6.299
Contas a pagar a partes relacionadas	15	1.756	1.246	1.754
Provisão para perdas de investimentos	22	54	852	54
Outras obrigações	23	758	2.047	1.242
Total do passivo circulante		11.640	26.863	50.389
Não circulante				
Provisão para contingências	24			7.616
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	25	13.306	17.485	37.138
Total do passivo não circulante		13.306	17.485	44.754
Patrimônio líquido	26			
Capital social		177.735	177.	



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Fluxo de caixa proveniente das operações:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Atividade operacional				
Lucro líquido do exercício	12.202	19.373	12.207	19.362
Resultado de equivalência patrimonial	(32.734)	(34.127)	(849)	(806)
Depreciação e amortização	464	599	3.612	2.357
Depreciação do custo de produção agropecuária atribuído ao estoque			73	1.754
Reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.172)		(4.172)	
Provisão (reversão) para perdas	(6)	2	(6)	2
Provisão para contingências			39	5.537
Perda participação acionária	226	(47)		
Valor residual do ativo não circulante baixado	354	331	1.608	1.490
Ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos			(6.741)	(165)
Ajuste a valor justo das propriedades para investimentos	12.272		12.272	
Atualização monetária	(203)	(368)	520	93
Total	(11.587)	(14.237)	19.220	29.624
(Aumento) redução nos ativos:				
Contas a receber de clientes			94.478	(23.858)
Contas de consórcio			(4.960)	3.109
Impostos a recuperar	(227)	189	(3.408)	(1.589)
Estoque			812	2.581
Ativos biológicos			494	(642)
Lucros e juros sobre capital próprio	(174)	(162)		
Depósitos judiciais	(63)	84	(60)	33
Outros	(21)	30	43	(286)
Total	(485)	141	87.399	(20.662)
(Redução) aumento nos passivos:				
Contas a pagar	(30)	(20)	(90.280)	30.932
Salários e encargos sociais	(237)	(131)	521	468
Impostos, taxas e contribuições a recolher	26	3	(395)	615
Provisão para imposto de renda e contribuição social			(692)	128
Provisão para perdas de investimentos	(798)	548	(423)	(45)
Outros	(1.289)	(1.194)	(5.561)	(10.520)
Total	(2.328)	(794)	(96.830)	21.358
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(14.110)	(14.890)	9.789	30.320
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aumento/redução do ativo circulante				
Transferência de equivalentes de caixa para aplicação financeira				
Aplicação financeira	13.481	19.072	13.481	19.072
Investimento			5.478	5.478
Imobilizado e ativos biológicos	(77)	(612)	(12.135)	(10.708)
Intangível	(10)	(60)	(10)	(60)
Valor de mercado dos instrumentos disponíveis para venda				
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	13.394	23.878	1.336	13.782
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Emprestimos e adiantamentos a receber	912	3.576		
Redução (aumento) de contas a receber de empresas ligadas	510	7	508	7
Aumento (redução) de contas a pagar de empresas ligadas	19.315	12.305		
Lucros e JCP de empresas controladas	(11.200)	(12.503)		
Aumento de capital social em controladas	(21.025)	(14.670)	(21.025)	(14.670)
Pagamento de dividendos	(11.488)	(11.285)	(20.517)	(14.663)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	(12.504)	(2.297)	(9.392)	29.439
Demonsração da variação do caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	22.543	24.840	94.989	65.550
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	10.039	22.543	85.597	94.989
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(12.504)	(2.297)	(9.392)	29.439

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Receitas/Despesas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Vendas de mercadorias, produtos e serviços			959.039	1.264.137
Outras	(11.091)	1.936	142	5.737
Receitas relativas à produção de ativos próprios			11.018	9.434
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(268)	(545)
	(11.091)	1.936	969.931	1.278.763
Insunso adquiridos de terceiros [inclui impostos]				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos			726.834	980.115
Material, energia, serviços de terceiros e outros	2.784	3.140	34.028	31.466
Perda/recuperação de valores ativos	(406)	549	(985)	5.494
	2.378	3.689	759.877	1.017.075
Valor adicionado bruto	(13.469)	(1.753)	210.054	261.688
Depreciação, amortização e exaustão	450	546	4.327	4.178
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(13.919)	(2.299)	205.727	257.510
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	32.734	34.127	849	806
Receitas financeiras	7.374	8.111	14.054	12.607
	40.108	42.238	14.903	13.413
Total	26.189	39.939	220.630	270.923
Valor adicionado total a distribuir				
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	10.631	13.123	63.073	60.399
Benefícios	1.091	1.428	9.950	9.514
FGTS	1.371	701	5.322	4.406
	13.093	15.252	78.345	73.599
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	3.565	3.829	39.914	45.796
Federais - diferido	(4.172)		(4.172)	
Estaduais	29	34	81.148	117.530
Municipais	57	41	2.301	2.046
	(521)	3.904	119.191	165.372
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	40	129	8.624	10.175
Aluguéis	1.375	1.281	2.263	2.055
	1.415	1.410	10.887	12.230
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos do exercício	12.202	19.373	12.207	19.362
	12.202	19.373	12.207	19.362
Valor adicionado total distribuído	26.189	39.939	220.630	270.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS QUE INTEGRAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. INTRODUÇÃO: A WLM Indústria e Comércio S.A., está identificada nas presentes notas explicativas pela sua denominação social "WLM" ou por "Companhia" e suas controladas e coligadas pelo nome fantasia, conforme abaixo:

Controladas e coligadas	Nome fantasia	Área de atuação/Estado
Controladas operacionais		
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Equipo	Rio de Janeiro
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	Quinta Roda	São Paulo e Minas Gerais
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	Itaipu	Minas Gerais
Itaipu Norte Máquinas e Veículos Ltda.	Itaipu Norte	Paraná
Fartura Agropecuária S.A.	Fartura	Sul do Pará e Norte do Mato Grosso
Itapura Agropecuária Ltda.	Itapura	Sul de Minas Gerais e São Paulo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	São Sebastião	Norte do Mato Grosso e Sul do Pará
Controladas descontinuadas		
Superárgua Empresa de Águas Minerais S.A.	Superárgua	Minas Gerais
Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	Sumasa	Pará
Coligadas descontinuadas		
Metalúrgica Plus S.A.	Metalplus	Paraná
Penlogás Distribuidora de Gás S.A.	Penlogás	Paraná

INFORMAÇÕES GERAIS: WLM Indústria e Comércio S.A. é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Praia do Flamengo nº 200 - 19º andar - Flamengo, registrada na BMEF Bovespa desde 1973, com atuação na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil: **SEGMENTO AUTOMOTIVO** - através de uma rede de dezenove concessionárias de veículos da marca Scania: **Equipo (Rio de Janeiro), Quinta Roda (São Paulo e Minas Gerais), Itaipu (Minas Gerais), e Itaipu Norte (Pará e Ampé),** todas com a certificação mundial D.O.S. (**Dealer Operating Standard**) - Scania, pela excelência em atendimento, atendimento e respeito ao meio ambiente, a Companhia atua no seu principal negócio que é a comercialização de caminhões pesados e extrapassados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção voltados aos produtos que comercializa. **SEGMENTO AGROPECUÁRIO** - com fazendas dedicadas ao agronegócio, a WLM atua por meio da **Fartura (Sul do Pará) e São Sebastião (Norte do Mato Grosso)** na bovinocultura de corte; através da **Itapura (região de Campinas/SP)** na bovinocultura de leite e corte; e **Itapura (Sul de Minas Gerais)** na cafeicultura. Todas as atividades produtivas são realizadas simultaneamente às práticas de conservação da fauna e da flora. **3. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** 3.1. **Base de preparação:** Declaração de conformidade (com conformidade às normas IFRS e às normas do CPC). As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpreções Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 73/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, a adoção de uma única política de avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ao valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em



cialmente próximo ao valor justo.

13. ATIVOS BIOLÓGICOS - CONSOLIDADO

Descrição	Consolidado		
	2014	2013	
Demonstrados pelo valor justo:			
Bezerros e bezerras (8 a 12 meses)	854	1.412	
Novilhas e novilhos	3.602	1.375	
Vacas	88		
Bois	1.763	1.286	
Subtotal	6.307	4.073	
Demonstrados pelo custo de produção:			
Rebanho em formação	1.963	3.133	
Bezerros e bezerras (0 a 7 meses)	3.278	3.884	
Subtotal	5.241	7.017	
Rebanho bovino	11.548	11.090	
Total do circulante	11.548	11.090	
Não Circulante			
Descrição	Total Anual de Depreciação	2014	2013
Touros e tourosinhos	Até 10%	2.689	2.069
Vacas	Até 10%	19.812	13.198
Rebanho bovino	Até 10%	22.501	15.267
Rebanho equino	Até 10%	472	537
Custo remanescente - café	Até 4%	22.999	15.835
Total dos ativos biológicos		34.547	26.925

O saldo dos ativos biológicos da Companhia, demonstrado pelo valor justo, considera o custo de produção e o diferencial do valor de mercado, líquido dos custos necessários para colocação em condição de uso ou venda. Os ativos avaliados pelo custo de produção referem-se ao rebanho em formação e aos bezerras e bezerras de 0 a 7 meses, mantidos ao pé até a desmama. É considerado rebanho em formação os custos alocados às matrizes no período de gestação. Com relação ao custo de produção do rebanho, a Companhia entende que os estoques estão, substancialmente, próximos ao valor justo.

Descrição	Consolidado	
	2014	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2013		11.090
Aumento devido a aquisições	635	
Gastos com insumos para engorda	5.898	
transferência para o não circulante	(3.188)	
(-) Diminuição devido a vendas	(5.926)	
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes)	(381)	
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	3.420	
Saldo em 31 de dezembro de 2014		11.548
Não Circulante		
Saldo em 31 de dezembro de 2013		11.090
Aumento devido a aquisições	3.188	
transferência para o circulante	(635)	
(-) Diminuição devido a vendas	(2.017)	
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes)	(478)	
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	7.238	
Depreciação	até 10%	(132)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		22.999

Em 31 de dezembro de 2014, os animais mantidos para venda eram compostos de 12.696 cabeças de gado (em 31 de dezembro de 2013 - 14.345). **Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos:** Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo menos despesa de venda, seguindo as premissas em sua apuração: (i) Os preços do rebanho bovino, rebanho equino e cultura permanente são obtidos através de pesquisas de preço em mercados específicos de cada área. No caso do rebanho bovino, são considerados dados como idade e qualidades genéticas similares, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. (ii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo no período. Os eventuais ajustes ocorridos da nova avaliação a valor justo deverão ser lançados contra a conta "Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos". (iii) A Companhia definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que este intervalo é aceitável para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros, compromissos e climáticos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia. **14. LUCROS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - CONTROLADORA:** O montante distribuído pelas empresas controladas, a título de lucros e juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, está assim composto:

Descrição	Controladora	
	2014	2013
Lucros		
Equipo	3.000	
Quinta Roda	3.000	5.000
Itaipu	5.000	
Total	11.000	5.000
Juros sobre o capital próprio		
Equipo	812	779
Quinta Roda	1.879	1.460
Itaipu	2.882	2.653
Itaipu Norte	1.615	1.300
Total	7.188	6.212
Total proposto	18.188	11.212
Total recebido desde a proposição	(17.521)	(10.719)
15. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS: Os saldos das transações da WLM com suas controladas e outras partes relacionadas em 31 de dezembro estão sumarizados a seguir:		

Empresas	Controladora	
	2014	2013
Controladora		
Sajuthá	126	118
Controladas		
Fatura	54	36
Superágua	435	792
Coligadas	11	381
Total	302	302
Metaplus (*)		500
Plenogás (*)		1.128
Total	802	1.511
		1.246

(*) Coligadas não consolidadas. Em julho de 2011, a Companhia contratou com a sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., a locação do imóvel situado no 19º andar do Edifício Praia do Flamengo nº 200, onde instalou a sua nova sede social. O valor atual do aluguel mensal pactuado é de R\$ 126, totalizando no exercício R\$ 1.466 (2013 - R\$ 1.464). As transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a multos, os quais são pactuados com os seguintes prazos de pagamento com base no valor de mercado, representados em sua maior parte pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fatura e Itaipura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 17. A WLM registrou transações com partes relacionadas nos períodos finais em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativas a despesas com remuneração do pessoal chave da Administração, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05 (R1), conforme segue:

Empresas	Controladora	
	2014	2013
Controladora		
Sajuthá	126	118
Controladas		
Metaplus (*)	302	302
Plenogás (*)		500
Total	802	1.511
		1.246

(*) Coligadas não consolidadas. Em julho de 2011, a Companhia contratou com a sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., a locação do imóvel situado no 19º andar do Edifício Praia do Flamengo nº 200, onde instalou a sua nova sede social. O valor atual do aluguel mensal pactuado é de R\$ 126, totalizando no exercício R\$ 1.466 (2013 - R\$ 1.464). As transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a multos, os quais são pactuados com os seguintes prazos de pagamento com base no valor de mercado, representados em sua maior parte pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fatura e Itaipura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 17. A WLM registrou transações com partes relacionadas nos períodos finais em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativas a despesas com remuneração do pessoal chave da Administração, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05 (R1), conforme segue:

Empresas	Controladora	
	2014	2013
Controladora		
Sajuthá	126	118
Controladas		
Metaplus (*)	302	302
Plenogás (*)		500
Total	802	1.511
		1.246

(*) Coligadas não consolidadas. Em julho de 2011, a Companhia contratou com a sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., a locação do imóvel situado no 19º andar do Edifício Praia do Flamengo nº 200, onde instalou a sua nova sede social. O valor atual do aluguel mensal pactuado é de R\$ 126, totalizando no exercício R\$ 1.466 (2013 - R\$ 1.464). As transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a multos, os quais são pactuados com os seguintes prazos de pagamento com base no valor de mercado, representados em sua maior parte pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fatura e Itaipura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 17. A WLM registrou transações com partes relacionadas nos períodos finais em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativas a despesas com remuneração do pessoal chave da Administração, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05 (R1), conforme segue:

Empresas	Controladora	
	2014	2013
Controladora		
Sajuthá	126	118
Controladas		
Metaplus (*)	302	302
Plenogás (*)		500
Total	802	1.511
		1.246

(*) Coligadas não consolidadas. Em julho de 2011, a Companhia contratou com a sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., a locação do imóvel situado no 19º andar do Edifício Praia do Flamengo nº 200, onde instalou a sua nova sede social. O valor atual do aluguel mensal pactuado é de R\$ 126, totalizando no exercício R\$ 1.466 (2013 - R\$ 1.464). As transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a multos, os quais são pactuados com os seguintes prazos de pagamento com base no valor de mercado, representados em sua maior parte pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fatura e Itaipura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 17. A WLM registrou transações com partes relacionadas nos períodos finais em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativas a despesas com remuneração do pessoal chave da Administração, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05 (R1), conforme segue:

Empresas	Controladora	
	2014	2013
Controladora		
Sajuthá	126	118
Controladas		
Metaplus (*)	302	302
Plenogás (*)		500
Total	802	1.511
		1.246

(*) Coligadas não consolidadas. Em julho de 2011, a Companhia contratou com a sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., a locação do imóvel situado no 19º andar do Edifício Praia do Flamengo nº 200, onde instalou a sua nova sede social. O valor atual do aluguel mensal pactuado é de R\$ 126, totalizando no exercício R\$ 1.466 (2013 - R\$ 1.464). As transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a multos, os quais são pactuados com os seguintes prazos de pagamento com base no valor de mercado, representados em sua maior parte pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fatura e Itaipura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 17. A WLM registrou transações com partes relacionadas nos períodos finais em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativas a despesas com remuneração do pessoal chave da Administração, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05 (R1), conforme segue:

Empresas	Controladora	
	2014	2013
Controladora		
Sajuthá	126	118
Controladas		
Metaplus (*)	302	302
Plenogás (*)		500
Total	802	1.511
		1.246

(*) Coligadas não consolidadas. Em julho de 2011, a Companhia contratou com a sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., a locação do imóvel situado no 19º andar do Edifício Praia do Flamengo nº 200, onde instalou a sua nova sede social. O valor atual do aluguel mensal pactuado é de R\$ 126, totalizando no exercício R\$ 1.466 (2013 - R\$ 1.464). As transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a multos, os quais são pactuados com os seguintes prazos de pagamento com base no valor de mercado, representados em sua maior parte pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fatura e Itaipura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 17. A WLM registrou transações com partes relacionadas nos períodos finais em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativas a despesas com remuneração do pessoal chave da Administração, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05 (R1), conforme segue:

Empresas	Controladora	
	2014	2013
Controladora		
Sajuthá	126	118
Controladas		
Metaplus (*)	302	302
Plenogás (*)		500
Total	802	1.511
		1.246

(*) Coligadas não consolidadas. Em julho de 2011, a Companhia contratou com a sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., a locação do imóvel situado no 19º andar do Edifício Praia do Flamengo nº 200, onde instalou a sua nova sede social. O valor atual do aluguel mensal pactuado é de R\$ 126, totalizando no exercício R\$ 1.466 (2013 - R\$ 1.464). As transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a multos, os quais são pactuados com os seguintes prazos de pagamento com base no valor de mercado, representados em sua maior parte pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fatura e Itaipura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 17. A WLM registrou transações com partes relacionadas nos períodos finais em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativas a despesas com remuneração do pessoal chave da Administração, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05 (R1), conforme segue:

social diferido", foi contabilizada a reversão dos tributos diferidos no montante de R\$ 4.172, resultando um efeito líquido no resultado de R\$ 8.100. No Patrimônio Líquido foram revertidos os montantes de R\$ 405 e R\$ 7.695 do saldo das reservas Legal e de Lucros a realizar, respectivamente. No consolidado os valores referentes à propriedade para investimento da controladora estão apresentados no grupo de imobilizado, pois de acordo com o item 15 do CPC 28 (Propriedade para Investimento), a propriedade que está arrendada e ocupada por uma controlada não se qualifica como propriedade para investimentos nas demonstrações contábeis consolidadas, porque a propriedade está ocupada pelo proprietário sob a perspectiva do grupo. A movimentação da conta no exercício encontra-se abaixo detalhada:

Descrição	Propriedade para investimentos		"Passivo fiscal diferido"		Lucros acumulados/Resultado do exercício	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saldo reportado em 31 de dezembro de 2013		77.247		(17.478)		
Efeito da avaliação a valor justo em 10 de outubro de 2014	(12.272)		4.172			
Efeito no resultado do exercício						(8.100)
Transferência do imobilizado		395				
Depreciação no período	(5)					(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		65.365		(13.306)		(8.105)
Efeitos da avaliação a valor justo no resultado						
Mudança no valor justo de propriedade para investimento		(12.272)				(12.272)
IR e CS diferidos				4.172		4.172
Efeito no resultado do exercício		(12.272)		4.172		(8.100)

Descrição	Taxa anual de depreciação		Custo inicial		Adições		Baixa		Transfe-rência		Custo atual		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Terrenos			2.950	2.950	26						2.976	2.976	2.976	2.976	411	411
Edifícios e instalações	2%	4%	590	590			(590)								184	627
Veículos	10%	20%	1.136	1.136			(787)				349		(165)	184	627	
Móveis e utensílios	10%	10%	1.045	1.045	32						1.077		(441)	636	754	
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	10%	1.633	1.633	16						1.649		(437)	1.212	1.342	
Outros	4%	10%	466	466							466		(119)	347	383	
Total			7.820	7.820	74	(787)	(590)	6.517	(1.162)	5.355	6.517	(1.162)	5.355	3.487	4.433	

Descrição	Taxa anual de depreciação		Custo inicial		Adições		Baixa		Transfe-rência		Custo atual		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Terrenos			2.732	2.732	218						2.950	2.950	2.950	2.950	411	411
Edifícios e instalações	2%	4%	590	590			(590)				590		(179)	411	430	
Veículos	10%	20%	1.245	1.245	348		(457)				1.136		(509)	627	688	
Móveis e utensílios	10%	10%	1.007	1.007	46		(8)				1.045		(291)	754	861	
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	10%	1.633	1.633	16						1.633		(291)	1.342	1.487	
Outros	4%	10%	466	466							466		(83)	383	419	
Total			7.673	7.673	612	(465)	7.820	(1.353)	6.467	6.467	7.820	(1.353)	6.467	3.833	4.617	

Descrição	Taxa anual de depreciação		Custo inicial		Adições		Baixa		Transfe-rência		Custo atual		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Terrenos			246.810	246.810	325		(12.514)				234.621					



localizadas em vários estados do Brasil, que oferecem diversos produtos e serviços, com diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*, nota 1. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração da Companhia analisa mensalmente os relatórios internos das diretorias executivas. Outras operações incluem aluguel de propriedades para investimento para partes relacionadas. Este segmento operacional não possui relevância que possa determinar a elaboração de reportes nos exercícios de 2014 e 2013. Demonstrativo e conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos reportáveis:

Descrição	Exercício de 2014				Exercício de 2013			
	Administração	Segmento Automotivo	Segmento Agropecuário	Total	Administração	Segmento Automotivo	Segmento Agropecuário	Total
Operações continuadas								
Receita operacional bruta								
Receita de bens		896.629	11.053	907.682		1.202.762	9.112	1.211.874
Receita de serviços		51.357		51.357		52.262		52.262
Total da receita operacional bruta		947.986	11.053	959.039		1.255.024	9.112	1.264.136
Deduções de receita bruta		(93.377)	(786)	(94.163)		(128.883)	(538)	(129.421)
Receita líquida de vendas e serviços		854.609	10.267	864.876		1.126.141	8.574	1.134.715
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(715.961)	(10.873)	(726.834)		(971.716)	(8.400)	(980.116)
Lucro bruto		138.648	(606)	138.042		154.425	174	154.599
Despesas operacionais, líquidas de receitas	(27.136)	(99.837)	(6.093)	(133.066)	(15.298)	(95.719)	(6.053)	(117.070)
Outras receitas	1.713	1.671	10.630	14.014	1.979	(3.942)	2.673	710
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	(25.423)	40.482	3.931	18.990	(13.319)	54.764	(3.206)	38.239
Imposto de renda e contribuição social	4.172	(10.766)	(1)	(6.595)		(18.258)		(18.258)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(21.251)	29.716	3.930	12.395	(13.319)	36.506	(3.206)	19.981
Operações descontinuadas				(193)				(608)
Total	(21.251)	29.716	3.930	12.202	(13.319)	36.506	(3.206)	19.373

Descrição	Exercício de 2014				Exercício de 2013			
	Administração	Segmento Automotivo	Segmento Agropecuário	Total	Administração	Segmento Automotivo	Segmento Agropecuário	Total
Ativo total de segmentos reportáveis		279.440	188.156	467.596		355.429	182.123	537.552
Outros ativos	111.199			111.199	151.388			151.388
Ativos descontinuados				785				77
Total do Ativo Consolidado	111.199	279.440	188.156	579.580	151.388	355.429	182.123	689.017
Passivo total de segmentos reportáveis		279.440	188.156	467.596		355.429	182.123	537.552
Outros ativos	111.199			111.199	151.388			151.388
Passivos descontinuados				785				77
Total do Passivo Consolidado	111.199	279.440	188.156	579.580	151.388	355.429	182.123	689.017

A avaliação do desempenho da Companhia é medida pelo resultado do segmento automotivo, seu principal negócio. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e da contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração.

28. RECEITA DE VENDA BENS E/OU SERVIÇOS

Descrição	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Receita de bens	907.683	1.211.874	907.683	1.211.874
Receita de serviços	51.356	52.263	51.356	52.263
Total da receita operacional bruta	959.039	1.264.137	959.039	1.264.137
Deduções de receita bruta	(94.163)	(129.422)	(94.163)	(129.422)
Total	864.876	1.134.715	864.876	1.134.715

29. CUSTO DE VENDA BENS E/OU SERVIÇOS

Descrição	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Custo de bens	715.122	968.341	715.122	968.341
Custo dos serviços	11.712	11.774	11.712	11.774
Total	726.834	980.115	726.834	980.115

30. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Honorários da administração	360	4.343	360	4.343
Honorários do conselho fiscal	402	476	402	476
Salários e encargos (*)	13.845	12.061	81.820	72.948
Serviços de terceiros	1.148	1.346	5.093	5.221
Manutenção predial e outros	62	53	2.940	2.713
Benefícios a empregados (**)	1.092	1.428	9.811	9.367
Aluguéis e arrendamentos	1.375	1.281	2.258	2.051
Condução, viagens e estadas	102	155	4.143	3.977
Impostos, taxas e contribuições	985	849	2.099	1.723
Condomínio	350	330	350	330
Comunicações	165	163	1.738	1.708
Frota própria	41	104	812	851
Frete de terceiros			2.341	2.817
Manutenção de máquinas e equipamentos	40	49	1.564	1.294
Despesas com seguros	25	38	503	377
Anúncios e publicações	427	335	568	442
Propaganda, promoção e representação			890	782
Multas	6	3	7	6
Manutenção de obras de infraestrutura	7	8	97	108
Manutenção de <i>softwares</i>	95	304	1.910	2.082
Mortes e perdas			849	565
Outros			2.958	3.815
Total	20.905	23.577	123.513	117.996

(*) Inclui R\$ 1.392 de verbas rescisórias. (**) Refere-se a Plano de Saúde, Vale Refeição, Vale Alimentação e Vale Transporte.

A Companhia adota como prática o pagamento de adicional por tempo de serviço para seus funcionários, tendo como base o período proporcional à data de admissão. Esse pagamento ocorre quando do gozo de férias de cada funcionário, considerando o salário base do mesmo.

Período	Percentual sobre o salário base			
	3 anos	4 anos	5 a 9 anos	10 a 15 anos
3 anos				40%
4 anos				50%
5 a 9 anos				75%
10 a 15 anos				85%
Após 15 anos				105%

31. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas Financeiras				
Aplicações financeiras	6.971	7.506	12.778	11.240
Atualização monetária	403	605	446	606
Juros recebidos			471	488
Outras receitas financeiras			359	273
Subtotal	7.374	8.111	14.054	12.607
Despesas Financeiras				
Juros			(8.462)	(9.558)
Atualização monetária	(34)	(122)	(97)	(57)
Despesas bancárias	(5)	(7)	(18)	(30)
Subtotal	(39)	(129)	(8.577)	(10.165)
Total do resultado financeiro	7.335	7.982	5.477	2.442

32. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O imposto de renda e a contribuição social foram calculados de acordo com as respectivas bases abaixo apresentadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	8.029	19.411	52.442	70.959
Alíquota fiscal combinada da contribuição social e do Imposto de Renda	34%	34%	34%	34%
Encargos da Contribuição Social e do Imposto de Renda às alíquotas oficiais	(2.730)	(6.600)	(17.830)	(24.126)
ADIÇÕES				
Provisões Não Dedutíveis	141	693	295	693
Despesas Inedutíveis (i)	3.552	1.249	11.288	11.866
Avaliação a Valor Justo	12.658		19.529	
Juros sobre Capital Próprio	8.315	7.305	8.315	7.305
EXCLUSÕES				
Reversão da Provisão	(548)	(143)	(848)	(143)
Receitas Não Tributáveis (ii)	(1.225)	(1.733)	(7.381)	(3.735)
Avaliação a Valor Justo - Reversão/Perda	(257)		(14.703)	
Juros sobre Capital Próprio			(8.315)	(7.305)
Equivalência Patrimonial	(32.734)	(34.127)	(32.734)	(34.127)
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	4.172	4.172	(10.767)	(18.257)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	4.172	4.172	4.172	4.172
Alíquota efetiva IRPJ e CSLL	20,53%	20,53%	20,53%	25,73%

(i) **Despesas Inedutíveis:** As despesas ineditáveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com gratificação, multas e perdas de capital por variação percentual em participações acionárias. (ii) **Receitas Não Tributáveis:** As receitas não tributáveis consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como lucros e dividendos avaliados pelo custo de aquisição e outros ganhos de capital.

Instrução Normativa nº 1.397 e Lei nº 12.973/14 (convertida da Medida Provisória nº 627 de 2013): Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 isentando

de tributação a parcela dos dividendos calculados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 em montante excedente aos valores apurados com base nos padrões contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007. Em maio de 2014, esta medida provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a medida provisória, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte. As providências da nova Lei entram em vigor a partir do exercício de 2015, entretanto é permitido que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014. A Companhia, orientada pelos seus assessores legais, optou pela adoção antecipada para o exercício de 2014. Como consequência, a depreciação do exercício está refletindo os efeitos da adequação às exigências da lei. **33. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO:** O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias nominativas e preferenciais nominativas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. Durante os dois últimos exercícios, não houve alteração no total em circulação das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Por isso, o cálculo do resultado básico por ação está apresentado considerando o total de ações da Companhia em circulação no final de cada exercício. No caso da WLM, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois a Companhia não possui instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar em emissão de ações. O quadro abaixo, apresentado em R\$, demonstra o cálculo do lucro por ação com base no lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	2014			2013		
	Ordinárias Nominativas	Preferenciais Nominativas	Total	Ordinárias Nominativas	Preferenciais Nominativas	Total
Lucro básico por ação						
Ações em circulação - Unidades	3.314.244	3.968.690	7.282.934	3.314.244	3.968.690	7.282.934
Total de ações em circulação - Unidades	3.314.244	3.968.690	7.282.934	3.314.244	3.968.690	7.282.934
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	5.552.542,77	6.648.973,63	12.201.516,40	8.815.849,30	10.556.967,82	19.372.817,12
Lucro líquido básico e diluído por ação ON e PN (R\$)	1,59	1,75	2,52	2,77	2,77	2,77

34. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS: a) Gerenciamento de riscos: A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros. A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado. Os investimentos mantidos em empresas controladas e coligadas não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as ações/quotas dessas empresas não são negociadas em bolsas de valores. Adicionalmente, a Administração procede a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir: **Risco de Mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda. A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado. (i) **Risco de taxa de juros:** A Companhia possui aplicações financeiras conforme divulgado nas notas 7 e 8 as quais estão indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos às flutuações nas taxas de juros. Adicionalmente, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge"/"swap" contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado. (ii) **Valor justo versus valor contábil:** O valor contábil dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial está demonstrado com razoável aproximação do valor justo. **Risco de crédito e de aplicação dos recursos:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2014, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota 9. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras conforme apresentado nas notas 7 e 8. O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações. **b) Instrumentos financeiros:** A Companhia possui os instrumentos financeiros classificados em: **Recebíveis e passivos financeiros mensurados:** Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saídos provenientes de transações comuns com o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** A Companhia classificou aplicações financeiras referentes a Certificado de Depósitos Bancários - CDBs e Fundos de Investimentos como ativos financeiros disponíveis para venda, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados ao valor justo. Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao valor de realização, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia (nota 8). **35. COBERTURA DE SEGUROS:** A WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas controladas possuem seguros com coberturas básicas e adicionais para veículos, instalações, equipamentos, produtos e responsabilidade civil, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2014 totaliza, aproximadamente, R\$ 67.728 (R\$ 58.717 - 2013), montante considerado suficiente, pela administração da companhia e seus corretores de seguros, para a cobertura de seus bens patrimoniais e riscos operacionais.

Ramo	Tipo de cobertura	Valor segurado
Compreensivo empresarial (Multiriscos)	Incêndio, queda de raio e explosão; danos elétricos - riscos comerciais; responsabilidade civil operações; responsabilidade civil empregador; roubo ou furto qualificado de bens; roubo ou furto de valores em trânsito; roubo ou furto de valores no interior do estabelecimento; vendaval até fumaça;danos morais decorrentes de Responsabilidade Civil empregador; danos morais decorrentes de Responsabilidade Civil operações.	R\$ 27.409 R\$ 40.319 R\$ 67.728
Auto/RCF	Incêndio, roubo, colisão, responsabilidade civil facultativa e acidentes pessoais de passageiros.	

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

DIRETORIA

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR - Diretor Presidente
RUBEM ROBERTO RIBEIRO - Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores
ÁLVARO VERAS DO CARMO - Contador - CRC/RJ 43.910/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e administradores **WLM Indústria e Comércio S.A.**, Rio de Janeiro - RJ
Introdução: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, da **WLM Indústria e Comércio S.A.**, ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência de existência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acredit